



Praticas das indústrias extractivas na Africa ocidental

Síntese comparativa de quatro estudos de casos (Guiné-Bissau, Guiné, Senegal, Serra Leoa)

Mamadou Saliou DIALLO
Guinée Ecologie - September 2010



ACÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO

La terminologie géographique employée dans cet ouvrage, de même que sa présentation, ne sont en aucune manière l'expression d'une opinion quelconque de la part de l'UICN sur le statut juridique ou l'autorité de quelque pays, territoire ou région que ce soit, ou sur la délimitation de ses frontières.

Les opinions exprimées dans cette publication ne reflètent pas nécessairement celles de l'UICN.

Copyright: © 2010 International Union for Conservation of Nature and Natural Resources

La reproduction de cette publication à des fins non commerciales, notamment éducatives, est permise sans autorisation écrite préalable du [des] détenteur[s] des droits d'auteur à condition que la source soit dûment citée.

La reproduction de cette publication à des fins commerciales, notamment en vue de la vente, est interdite sans autorisation écrite préalable du [des] détenteur[s] des droits d'auteur.

Citation: Diallo, M.S. (2010). Práticas das indústrias extractivas na África ocidental Síntese comparativa de quatro estudos de casos (Guiné-Bissau, Guiné, Senegal, Serra Leoa). Gland, Switzerland: IUCN, Dakar, Senegal: ASAN, Bissau, Guinea Bissau: AD, Conakry, Guinea: GUINÉE ECOLOGIE, Freetown, Sierra Leone: EFA. 34pp.

Crédits photographiques: Hellio & Van Ingen, ASAN, AD, Guinée Ecologie et EFA

ISBN: 978-2-8317-1333-5

AGRADECIMENTOS :

A realização e a publicação deste estudo recebeu o suporte do Programa EGP do Comité da UICN na Holanda.

Esta síntese dos quatro estudos de caso foi redigida pelo Sr Mamadou Saliou Diallo e recebeu contribuições do Sr Mamadou Diallo, Sr Tomane Camara, Sr Osman Marah, Sr Frederic Airaud e o suporte do Sr Nelson Gomes Dias e o Sr Aris El Ousseynou.

Sumario

Preâmbulo	4
1 Introdução	6
2 Histórico e perspectiva da exploração mineira nos quatro países	8
2.1 Caso da Guiné-Bissau	8
2.2 Caso da Guiné	9
2.3 Caso do Senegal	11
2.4 Caso da Serra Leoa	13
3 Quadros jurídicos e regulamentares em matéria ambiental e social	16
4 Características ambientais e sociais das zonas estudadas	17
4.1 Caso da Guiné-Bissau	17
4.2 Caso da Guiné	20
4.3 Caso do Senegal	21
4.4 Caso da Serra Leoa	23
5 Impactos ambientais e sociais observados nos quatro locais estudados	25
5.1 Exploração do bauxite na Guiné	25
5.2 Exploração do fosfate no Senegal	26
5.3 Exploração de diamante na Serra Leoa	27
5.4 Exploração de bauxite na Guiné-Bissau (previsão)	28
6 Práticas observadas e lições aprendidas	29
7 Principais recomendações	32
Conclusão	34

Práticas das indústrias extractivas na África ocidental

Síntese comparativa de quatro estudos de casos

Preâmbulo

A presente síntese comparativa de quatro estudos de casos constitui o fruto do trabalho das seguintes ONG nacionais (ASAN – Senegal; AD – Guiné-Bissau; GUINÉ ECOLOGIE – Guiné e EFA – Serra Leoa) e da UICN na Guiné-Bissau que têm desenvolvido um projecto apoiado pelo Comité da UICN – Holanda, tendo como objectivo reforçar as capacidades de advocacia das organizações da sociedade civil no sentido de contribuírem para melhorar tomar em conta os impactos sociais e ambientais dos projectos das indústrias extractivas pelas sociedades privadas e os governos concernentes.

O objectivo é de dotar organismos da sociedade civil e outros actores um instrumento de argumentação pertinente capaz de identificar as boas práticas das indústrias extractivas que é preciso promover na África Ocidental.

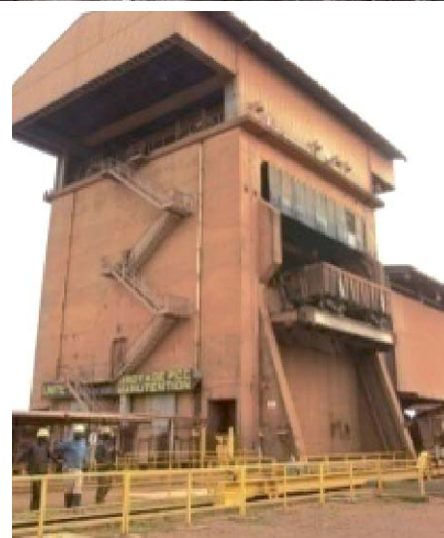
A presente síntese é baseada em quatro estudos realizados sobre os seguintes locais:

- A zona de exploração de fosfate de Taiba no Senegal;
- A zona da futura exploração de bauxite e de porto mineiro de Buba na Guiné-Bissau;
- A zona de tratamento e de exportação de bauxite de Kamsar na Guiné e
- A Zona de exploração de diamantes de Koidu na Serra Leoa.

A presente síntese compara para os quatro países o histórico e as perspectivas da exploração mineira, os quadros jurídicos e regulamentares relativos ao meio ambiente, as características ambientais e sociais das zonas estudadas, os estudos sociais e ambientais do estado inicial e estudo de impacto ambiental. Em seguida, faz o ponto de situação sobre as concessões mineiras nas quatro zonas de estudo de caso e sobre as práticas observadas em seguida faz o resumo das principais conclusões e recomendações.



Kamsar, Guiné, uma cidade mineira no coração dos mangais



1 Introdução

As práticas das indústrias extractivas têm constituído nestes últimos anos uma fonte de grande preocupação dos principais actores de conservação, nomeadamente os membros da União Mundial para a Natureza (UICN). Os impactos ambientais e sociais que estas indústrias provocam, causando conseqüentemente perdas irreversíveis de espécies biológicas e de habitats naturais com as suas graves conseqüências na saúde e na qualidade de vida das populações ribeirinhas, são apresentados em múltiplas comunicações aquando das Conferencias das Partes (COP) das convenções relativas ao meio ambiente mundial. E não obstante a proclamação em voz alta pelas indústrias extractivas de princípios visando tomar em conta estes impactos e reduzir no mínimo os seus efeitos negativos, constata-se situações lamentáveis em vários países através do mundo.

A Africa Ocidental é particularmente visada por esta situação por causa das suas importantes reservas de diversos minerais. É para mais chamar atenção a consciência dos dirigentes que foi julgado necessário empreender estudos de casos em quatro países da sub-região para cercar de mais perto as praticas destas indústrias com vista a melhor apreciar a incidência sobre as realidades ambientais e sociais locais. Sendo o objectivo visado o de promover ao nível de cada país, na base de uma estratégia de comunicação e de diálogo entre todos os actores concernentes (governo, empresas mineiras, comunidades locais e sociedade civil), as boas praticas ambientais e sociais apontando ao mesmo tempo aquelas que são más com vista a sua eliminação.

A UICN já chamou atenção das mais grandes sociedades mineiras mundiais agrupadas no seio do Conselho Internacional das Minas e Minerais (ICMM) sobre a sua necessária implicação na salvaguarda dos recursos biológicos mundiais. Este Conselho respondeu favoravelmente e pediu à UICN para produzir uma guia de boas praticas do sector mineiro. A UICN reiterou aquando do seu Congresso Mundial realizado em Barcelona em 2008 o seu apelo à colaboração com estas sociedades mineiras para promover as melhoras pratica ambientais e sociais, nomeadamente nas áreas protegidas.

É neste quadro que o Programa da UICN na Guiné-Bissau tem, com o apoio da UICN - Holanda, lançado quatro estudos de casos visando ajuntar e analisar informações em quatro países que são: a Guiné-Bissau, Guiné, Senegal e Serra Leoa. Estes quatro países partilham com efeito a característica comuna de terem importantes jazigos de minerais nos seus respectivos subsolos. Este potencial já está, desde alguns décadas, em exploração em três países, com excepção feita da Guiné-Bissau em que a exploração ainda não começou, estando ainda na fase de estudos iniciais nos domínios da bauxite e do fosfate.

Levados a cabo respectivamente pelas ONG nacionais AD¹ na Guiné-Bissau, GUINÉE ECOLOGIE, na República de Guiné², ASAN no Senegal³ e EFA na Serra Leoa⁴, estes quatro estudos decorrem-se simultaneamente em Taiba⁵ no Senegal, com o fosfato como mineral explorado, em Boé⁶ e em Buba⁷ respectivamente no Sudeste e no Sudoeste na Guiné-Bissau em fase de exploração para uma futura exploração do mineral de bauxite, em Kamsar⁸ na Guiné lugar de trituração da bauxite e porto mineiro com, além do mais, a perspectiva de abrigar brevemente uma fábrica de alumínio, e em Koidu⁹ na Serra Leoa onde é explorado o diamante. Na base dos mesmos termos de referência, os estudos levados a cabo nestes quatro locais produziram relatórios que constituem a base da presente síntese comparativa.

Cada caso descreve o desenvolvimento do sector da indústria mineira como um processo evolutivo que se integra no desenvolvimento global de cada um dos países concernentes com especificidades e pontos comuns. É o conjunto dos aspectos abordados nos quatro estudos de casos que a presente síntese resume comparando as experiências e aproximando as conclusões e recomendações.



Zona mineira de Farim, Guiné-Bissau: Encontro com as populações locais na proximidade dum espaço degradado e abandonado por uma sociedade mineira estrangeira beneficiária de uma licença de prospecção.

1 AD – ONG Nacional “Acção para o desenvolvimento”

2 GUINÉE ÉCOLOGIE – ONG Nacional de protecção do ambiente oficializada em 1990

3 ASAN - Associação Senegalesa dos Amigos da Natureza

4 EFA - Environmental Foundation for Africa

5 O sitio mineiro de Taiba situado a 100km de Dakar

6 A região de Boé é situada no Sudeste do país cerca de 240km de Bissau

7 Sitio do Parque Natural de Lagoas de Cufada (no Sudoeste do país)

8 Kamsar fica a 10° 39' 00" de latitude Norte e a 14° 37' 00" de longitude Oeste a 300km de Conakry

9 Koidu se encontra no Leste da Serra Leoa cerca de 350km de Freetown.

2 Histórico e perspectiva da exploração mineira nos quatro países

Os quatro estudos de casos apresentaram o histórico da exploração mineira em cada um dos países concernentes. A partir deste breve historico desenha-se uma perspectiva patenteando pontos de interrogação quanto às práticas de sociedades mineiras relativamente à biodiversidade e às comunidades locais. Num plano comparativo, nota-se, à primeira vista, que cada um dos quatro sítios tem o seu próprio percurso histórico e uma perspectiva distinta em relação aos outros.

2.1 Caso da Guiné-Bissau

Comparada aos três outros países, a Guiné-Bissau, está vivendo ainda o início da sua economia mineira. Quanto às potencialidades em recursos mineiros que poderão existir no seu subsolo, pesquisas foram empreendidas através do financiamento de fundos da cooperação bilateral e multilateral (EX-URSS, França, Portugal, PNUD, etc.), e desembocaram na identificação preliminar de recursos minerais apresentando uma certa potencialidade económica nos domínios de pedras preciosas, alumínio, estrumes fosfatados, minerais industriais e minerais de construção e metais preciosos.

A situação actual da exploração dos recursos mineiras na Guiné-Bissau limita-se unicamente às actividades de exploração de materiais de construção, regida pela lei de pedreiras (Lei nº4/86) e o seu Decreto Regulamentar (nº33/87); ainda que o código mineiro seja em via de revisão.

Recentemente, contudo, duas licenças de cessão por arrendamento mineiro foram concedidas às empresas GB



Mapa da Guiné-Bissau localizando a zona de exploração da Bauxite em Boé e o sítio de construção do futuro porto de Buba

Phosphates LTD (Fosfate de Farim e Bauxite Angola, S.A. (Bauxite de Boé).

O sector de Boé possui nove jazigos de bauxite dos quais seis revestem uma importância capital, quanto à quantidade das suas reservas constatadas após aferição e dos altos teores em alumínio. Os estudos realizados provaram a existência de 113 milhões de toneladas de bauxite e mais do que 100 milhões de toneladas de reservas de segunda categoria. Estimando uma produção de cerca de 2 milhões de toneladas por ano, a duração de vida das reservas provadas seria de ordem de 56 anos. O início da reavaliação geológica era inicialmente previsto para Dezembro de 2008, isto é, no fim da época de chuvas. Também, foi constatado que as infra-estruturas prometidas pela Empresa Bauxite Angola não dispõem nem de projectos nem de planos de implementação, além do mais, não prevêem pelo menos a realização de estudos de impactos ambientais. Os termos de acordos assinados com governo da Guiné-Bissau não foram, até hoje, postos à disposição do público.



Sítio de prospecção do Fosfato em Farim



Sítio de prospecção do Fosfato em Farim

2.2 Caso da Guiné

O desenvolvimento mineiro de Kamsar começou em 1963 quando a Companhia de Bauxites da Republica de Guiné (CBG)¹⁰ foi criada por uma convenção entre o Estado Guineense (49%) e o consórcio de parceiros HALCO MINING Inc.¹¹(51%) outorgando até 2038 à CBG o direito exclusivo de explorar a bauxite num perímetro de 1992 km², situado na região de Boké. Kamsar conheceu um desenvolvimento simultâneo com a cidade mineira de Sangarédi distante de 135km e onde a bauxite é extraída. É nesta cidade que se encontra

¹⁰ CBG prospecta o planalto de Sangaredi e responsável pela gestão do porto de Kamsar, com objectivo de secar e enviar a bauxite às refinarias pelo mundo inteiro

¹¹ Halco Mining criado pela sociedade americana Alcoa e a sociedade canadiana Alcan

as mais importantes reservas do mineral estimadas em 212 429 KT¹² e os quatro jazigos postos em exploração até hoje: Sangarédi (desde 1973), Bidikoul (1992), Silidara (1997) e N'Dangara (2007). Entre as seis cidades observadas, dispõe-se de seis comboios por dia de 120 carruagens cada um com um carregamento de 82 toneladas por carruagem.

A gestão das operações da CBG, transformada em Sociedade Anónima em 1999, é actualmente assegurada pela ALCOA¹³, accionista maioritário no seio do consórcio de HALCO MINIG. Kamsar, desde 2005, tem vindo a registar um novo impulso de desenvolvimento com a construção de novas infra-estruturas portuárias e ferroviárias, componentes do projecto de refinaria de alumínio de Global ALUMINA CORPORATION (GAC). É em Janeiro de 2005 que o Governo Guineense assinou uma convenção de base com GAC sediado em Toronto (Canada) para o desenvolvimento da região de Boké de uma refinaria de alumínio de 2.8 Mt por ano de capacidade. Desde 2006, BHP BILLITON, Dubai Alumínio Company Ltd (DUBAL) e Mubadala Development Company PJSC (Mubadala) dos Emiratos Árabias Unidas se juntaram a GAC para o desenvolvimento desta refinaria. Inicialmente a mesma devia iniciar a sua produção em 2009. Mas vários factores adiaram a

sua inauguração, estando ainda em 2010 em curso de construção. Mas, todos os estudos do estado inicial de sítios do projecto no plano ambiental e social bem como o estudo de impacto ambiental são completadas e tornadas disponíveis no site Internet de GAC. O desenvolvimento do Projecto implicara a construção de um



Comboio para o transporte da Bauxite (Kamsar, Guiné)

12 Mamadou Aliou BARRY, "a CBG e Desenvolvimento durável", Comunicação na Conferencia Internacional "Exploração Mineira e Desenvolvimento durável" realizada de 09 a 13 de Junho 2008 em Conakry, GUINEE

13 Alcoa é uma empresa americana, terceira mais grande produtora de alumínio no mundo atrás Rusal e Rio Tinto Alcan. A sua sede operacional é situada em Pittsburgh nos Estados Unidos, e a empresa está presente em 43 países.

terminal de alumínio perto da cidade de Kamsar e quais para a exportação do alumínio, a importação de materiais em avulso e as actividades de manipulação de contentores. Por outro lado, o grupo Alcoa e Rio Alcan estão a levar a cabo os estudos viabilidade para a construção de uma refinaria de alumínio em Kamsar. Em Julho de 2007, o grupo seleccionou



Mina de Bauxite (Kamsar, Guiné)

um local perto de Kabata no Norte de Kamsar, para instalar esta refinaria. Em 2006, uma Convenção de base de Alcoa para o desenvolvimento de uma refinaria de 1.5M³T de alumínio por ano foi promulgada. Alcoa, desde então completou uma avaliação rápida da biodiversidade da Zona do Projecto e realizado em Conakry um atelier de planificação que recomendou um plano de acção. No quadro de avaliação ambiental e social cabal do projecto estudos detalhados estão a serem levados a cabo, visando a biodiversidade e outros aspectos ambientais. Outrossim, séries de encontros com as comunidades são organizadas relacionadas com os impactos do projecto, nomeadamente sobre a eventual deslocação de pessoas. Estes estudos ainda não são totalmente completados.

2.3 Caso do Senegal

No sítio de Taiba, no Senegal, é o mineral de fosfate que é explorado. Esta exploração mineira fornece uma matéria-prima utilizada no desenvolvimento da indústria química no Senegal ICS. É assim que os ICS exploram desde de 1960 um jazigo de fosfate triácido na zona de Taiba a 100Km no Nordeste de Dakar. As Instalações dos ICS em Taiba compreendem jazigos de fosfate e instalações mineiras de uma capacidade de 1,6 a 1,8 MT/ano. Jazigos estendem-se numa superfície aproximativamente de 40km². A primeira

mina iniciou a produção em Maio de 1960 num ritmo de 600.000 toneladas por ano.

Em 1969 e 1970, varias modificações têm sido efectuadas aos procedimentos de exploração mineira e enriquecimento do mineral para melhorar a sua eficácia. Em Setembro de 1996, os ICS¹⁴ têm absorvido por fusão a Companhia Senegalesa dos



Reabilitação dum sitio apos exploração do Fosfato em Taiba

Fosfates de Taiba (CSPT) que explorava desde 1960 o jazigo de fosfate de Taiba que se estende numa superfície aproximativamente de 40km². A empresa possui igualmente uma sociedade de exploração ferroviária, a SEFICS que dispõe do seu próprio parque de transporte e de uma sociedade de comercialização, a SENCHIM.



Sitio de exploração do Fosfato na região de Taiba no Senegal

14 Industrias Químicas do Senegal

Em 1997, foi decidido a duplicação da capacidade de produção de ácido fosfórico passando de 1000t para 2000t/diário. Em 1998, houve um aumento do capital de 115 bilhões de Francos CFA. A participação do Estado senegalês será de 47,42% (com 41,23% de votos e aquela do consórcio indiano será, respectivamente 25,7% (com 28,7% de votos). Em 2001, houve entrada em serviço de uma nova unidade de fabricação química relacionada com a produção de 330.000 a 660.000 toneladas P2O5. A exploração do fosfato em Taiba iniciou-se nos anos 60, numa altura em que a legislação não tinha previsto avaliação de impactos ambientais. Para se conformar-se com a legislação actualmente em vigor no Senegal, torna-se indispensável para que uma auditoria ambiental seja realizada e que um plano de gestão ambiental seja implementado.

2.4 Caso da Serra Leoa

Segundo os arquivos do serviço governamental responsável pelas minas sediado na vila de Koidu, foi em 1928 que um missionário chamado “Pai Carangueijo” teria, ao longo da ribeira Gbogbowa, no cantão de Nimikoro, recebido nas mãos de populações locais uma pedra supostamente extraída de um buraco por um caranguejo. “Pai Carangueijo” teria aproveitado da incredibilidade dos habitantes para se apropriar desta pedra em troca de uma



interpretação de conotação espiritual. Só que as populações locais não levaram muito tempo para descobrirem logo em 1930 o grande interesse que os colonialistas atribuem a esta pedra. Foi, pois este interesse manifestado pelos colonialistas a esta descoberta misteriosa que suscitou a curiosidade no seio das populações, levando-as à exploração clandestina desta pedra preciosa. Passando alguns



Cidade de Koidu (Sierra Leoa)

tempos mais tarde, juntaram-se a elas vagas de migrantes Oeste africanos: Marakas, Fullahs, Haousas e Mandingos. Nessa mesma época, uma equipa inglesa chefiada por um certo P. K. Hall vinda da Inglaterra, iniciou prospecções em várias partes do território, acabando por descobrir o Distrito de Kono como sendo muito rico em diamante.

Em 1950, para pôr cobro à exploração ilícita de diamantes de Kono, os Ingleses decidiram da criação de uma companhia mineira denominada SLST que foi outorgada uma larga



Sítio mineiro na Sierra Leoa

concessão. A contar de 1956, a exploração do diamante aluvial foi colocada sob controlo do Ministério responsável pelas Minas, Plano e Trabalho. Nessa época, só os aposentados da Armada, Policia e guarda de prisão poderiam ter acesso a um emprego nas minas. A partir da independência em 1961, o sector mineiro mergulhou-se numa situação caótica, sem controlo, o que deu a origem à expansão a uma exploração artesanal anárquica em todos os cantos do distrito de Kono e nas outras zonas diamantíferas do país.

Apesar de mais de um século de exploração do diamante neste distrito, houve pouco, até mesmo, nada que mostra um impacto positivo da indústria do diamante nesta parte empobrecida da Serra Leoa. Os infortunados habitantes de Kono têm pelo contrário sofrido tanto no plano socioeconómico como no plano ambiental da exploração do diamante e do oro que a natureza lhes tem oferecido. Pior, os habitantes de Kono foram expropriados das suas terras pelo Governo, atribuindo-as às companhias mineiras. O que provocou grande frustração no seio das comunidades locais.

A exploração anárquica do diamante, conjugados com os vários casos de corrupção e de conflitos para o acesso a este recurso têm sido ligados aos eventos político-militares trágicos que abalaram a Serra Leoa, levando conseqüentemente à comunidade internacional a falar dos “Blood Diamond”, ou seja “Diamantes de Sangue”.



Terra degradada apos exploração

3 Quadros jurídicos e regulamentares em matéria ambiental e social

No quadro jurídico e regulamentar, os quatro países concernentes têm, cada um, implementado textos com força de lei em matéria ambiental e social. Nota-se contudo diferenças entre eles. Assim, segundo os estudos levados a cabo, a Guiné-Bissau e a Serra Leoa apresentam por enquanto um arsenal jurídico menos importante em relação à Guiné e ao Senegal. Contudo, todos os quatro países tomaram disposições relativas à protecção do ambiente através de códigos e textos relativos aos estudos de impacto ambiental. Quanto à aplicação dos referidos textos, fraquezas foram notadas em todos os países. A aplicação e o respeito pelos quadros legislativos locais aquando do desenvolvimento de projectos mineiros constituem uma prioridade nos contextos infelizmente ainda muito marcados por lacunas em termos de governação.

Leis e Decretos pertinentes	Guiné-Bissau	Guiné	Senegal	Serra Leoa
Código mineiro	Sim	Sim	Sim	Sim
Código do ambiente	Em curso	Sim	Sim	Informação não disponível
Regime jurídico das instalações classificadas	Informação não disponível	Sim	Sim	Informação não disponível
Regulamentação de estudos de impactos sobre ambiente	Sim	Sim	Sim	Informação não disponível
Regulamentação sobre o conteúdo, metodologia e processo do estudo de impacto sobre ambiente	Sim	Sim	Sim	Informação não disponível
Regulamentação da gestão e controlo de substancias químicas nocivas e perigosas	Informação não disponível	Sim	Sim	Informação não disponível
Regulamentação criando a nomenclatura técnica das instalações classificadas	Informação não disponível	Sim	Sim	Informação não disponível
Regulamentação da taxa aplicável aos estabelecimentos classificados	Sim	Sim	Sim	Informação não disponível
Fundo de reabilitação	Sim	Sim	Sim	Informação não disponível
Código florestal	Sim	Sim	Sim	Informação não disponível
Código da água	Sim	Sim	Sim	Informação não disponível
Código da protecção da fauna selvagem	Sim	Sim	Sim	Informação não disponível

4 Características ambientais e sociais das zonas estudadas

4.1 Caso da Guiné-Bissau

As operações geológicas e mineiras na Guiné-Bissau ligadas à bauxite concentram-se actualmente na zona de Boé, região situada no Sudeste do país a cerca de 240km de Bissau e onde a Companhia mineira Bauxite Angola, S.A., prospecta para explorar a bauxite que será tratada na Guiné-Bissau, antes da sua exportação para o estrangeiro.

É na região de Boé (Sudeste do país) em que se encontra efectivamente o jazigo de bauxite onde também existe um projecto de criação de novas áreas protegidas terrestres (Complexo Dulombi - Boé, com as suas duas áreas protegidas terrestres e três corredores de fauna ligando as áreas protegidas existentes de florestas de Cantanhez e Lagoas de Cufada). A zona reveste uma importância particular em termos de biodiversidade terrestre. A cobertura vegetal é constituída por florestas abertas e florestas densas (de pequeno porte), florestas secundarias em regeneração ou florestas galarias, vastas superfícies de savanas abertas e savanas herbáceas (clareiras). As florestas-galarias servem de coberturas às margens de vários rios e afluentes, ao passo que as florestas secas, densas e dispersas servem de coberturas às vales (entre as colinas) ou os cumes de varias colinas desta região, e que



População do Sector de Boé na reunião de informação e de sensibilização em torno da problemática da futura exploração de bauxite em Beli

servem de lugares de refugio e de alimentação às espécies as mais diversas e variadas, tais como primatas nomeadamente chimpanzés, uma espécie ameaçada e muito frequente nestas florestas e elefantes (*Loxodonta africana*), uma espécie que, antigamente, foi considerada desaparecida na Guiné-Bissau.

Quanto ao sítio do Parque Natural de Lagoas de Cufada (no Sudoeste do país) está previsto construir a termo um porto comercial permitindo a exportação do bauxite que será explorada em Boé. O Parque Natural de Lagoas de Cufada (PNLC) é um dos lugares mais interessantes do país no que diz respeito à biodiversidade. Com efeito, é um lugar que retém as mais grandes massas superficiais de água doce (Cufada, Badasse e Bionra) da sub-região da África Ocidental. O local é também conhecido pela sua importância ornitológica acolhendo vários aves migratórios, a presença de antílopes, populações de espécies raras e/ou emblemáticas protegidas, à semelhança do Chimpanzé, classificado espécie rara, devido a sua importância notória à escala internacional.

É precisamente no interior deste parque natural que está previsto construir o futuro porto mineiro e comercial de Buba, em suma, na zona de protecção integral em que se encontra o maior grande número de espécies protegidas de fauna e flora. Uma gigantesca obra portuária sem precedente na história da Guiné-Bissau que, com as suas plantas arquitecturais ocupara 7.000ha, ou seja 7,9% dos 89.000 km² da superfície total do PNLC, se tomarmos em conta do facto de que o parque só possui 13.546ha de florestas sub-húmidas, e que o porto de Buba será inteiramente construído numa zona de floresta sub-húmida, pode-se chegar a conclusão de que é uma taxa de 52,7% da superfície de floresta sub-húmida do parque que será inteiramente destruída. Este tipo de



Reunião de informação em Farim

floresta é aquela que abriga a mais grande riqueza ao nível da macrofauna, e que constitui uma das razões essenciais do interesse científico e turístico acordado a este parque.

Segundo os dados saídos do recenseamento efectuado neste sítio, há 203 espécies de aves, das quais se juntam 37 espécies aquáticas, 53 espécies de mamíferas e 11 espécies de repetíveis. O PNLC é, exceptuadas florestas de Cantanhez, um dos parques mais ricos em termos de floresta seca e semi-seca, de um lado e, por outro lado, sub-húmida, com 22.000 e 13.500ha, respectivamente (segundo o plano de gestão do parque natural de lagoas de Cufada, 2008). Em suma, a zona prevista para o porto de Buba é unicamente considerada pelo pessoal trabalhando no parque como sendo o lugar de refugio da maioria da macrofauna do parque, dado a ausência de aldeias e a profusão de nascentes inesgotáveis de água doce.



Consultação com as populações nas localidades rurais de Kamsar na Guiné

O futuro porto de Buba se situa igualmente na beira do Rio Grande de Buba, sítio de predilecção para reprodução de barracudas (*Sphyraena guachancho* e *Sphyraena afra*), espécies cujos stocks são co-geridos de uma forma responsável pelos pescadores desde os anos 1990 (respeito pelo repouso biológico durante períodos de reprodução e utilização de técnicas de pesca durável). Além disso, a importância da zona húmida acima referida deu lugar à classificação internacional de uma parte do parque como Sítio Ramsar, conforme aos preceitos da lei internacional, relativa à Conservação das zonas húmidas e aves migratórias.

4.2 Caso da Guiné

E no interior do ecossistema adiante denominado: «Forêt de Haute Guinée» que é um dos 34 ecossistemas mundiais os mais ricos no plano biológico mas também um dos mais ameaçados (Mittermeier e tal. 2005) que se encontra em Kamsar na zona costeira guineense.

Além do mangal, habitat aos serviços ecossistemas variados e de grande importância, Kamsar avizinha três áreas protegidas. O Delta de Kapatchez, as Ilhas Tristão e a Ilha Alkatraz. Todas estas três áreas de zonas húmidas classificadas internacionalmente em virtude de

engajamentos da Guiné como País – Parte da Convenção de Ramsar. As Ilhas Tristão constituem, além do mais, o quadro do Programa Regional da Conservação da Zona Costeira Marinha (PRCM), em forte probabilidade de se tornar a primeira área marítima protegida da Guiné.

Vários estudos afirmam que, em certos períodos do ano, são mais de meio milhão de aves de água, nomeadamente annélides limícolas migradores que são presentes nestas zonas. Além de aves, estas zonas abrigam varias espécies de peixes, invertebrados dos quais se juntam espécies chaves em perigo, prioritárias em matéria de conservação e gestão como o delfim, o lamantim a tartaruga marinha, o crocodilo e o chimpanzé.

Em 2005, ao pedido de Alcoa e d'Alcan, uma avaliação rápida da biodiversidade biológica de Kamsar foi levado a cabo por Conservação Internacional e Guinée Ecologie. Nessa altura, uma equipa de 15 membros tinham efectuado uma avaliação de plantas, repteis e anfíbios, grandes mamíferos, crustáceos, aves, primatas, formigas, invertebrados. Esta avaliação



Poluição atmosférica Kamsar, Guiné

15 Désignation réalisée par une étude de Conservation International

16 Programme Régional de la Conservation de la Zone Côtière et Marine

confirmou a presença de uma múltipla de espécies de flora e de fauna caracterizando a zona como sendo de uma biodiversidade rica e notável.

A análise dos dados recolhidas tinham também mostrado que mesmo se a zona tinha sofrido varias ameaças antropicas, nunca deixou de abrigar um habitat importante do mangal costeiro e espécies de flora e fauna única.

O relatório deste estudo publicado por Conservação Internacional menciona uma diversidade biológica importante, mas ameaçada por múltiplos factores cujos mais evidentes seriam a caça, a exploração florestal, as praticas agrícolas pouco duradouras. Dai, as recomendações contidas neste mesmo relatório, saídas de um atelier de planificação fazendo seguimento à avaliação ambiental e realizado em Conakry de 22 a 23 de Junho de 2005.

O estado ambiental de Kamsar é variável de um distrito para outro. Os três distritos qualificáveis de urbanos, Kamsar – Cité, Kamsar – Centre e Filima apresentam um ambiente precário. Kamsar – Cité tem excepcionalmente um quadro de vida bastante bem conservado pela CBG com um sistema de tratamento de águas usadas e uma remoção regular de lixos enviados à descarga arrumada para o efeito.

4.3 Caso do Senegal

O jazigo de fosfate se encontra numa zona de antigas dunas litorais cuja topografia é relativamente rasa, no Leste da zona dita Niayes que são uma série de depressões inter-dunarias que se estendem desde do



Poluição atmosférica Kamsar, Guiné



Sítio de exploração do Fosfato na região de Taiba no Senegal

Cabo Verde até a embocadura do Rio Senegal entre o oceano e este cordão dunario.

Dado ao empobrecimento, a fauna é essencialmente constituída de aves migratórias, insectos pequenos roedores arborícolas, macacos, e chacais. Ao nível da flora, o domínio é constituído por uma vegetação de savana cada vez mais empobrecida em arvores e arbustos devido ao défice hídrico e sob-exploração de lenha pelas populações como fonte de energia. A população arborícola é disseminada.

No quadro do estudo de caso, transeptos foram realizados com pessoas idosas tendo vivo na concessão mineira desde a sua

abertura em 1959. Estes transeptos revelaram as diferentes etapas da evolução da mina e os impactos sobre a paisagem (terra residencial, sistemas agro-florestais, a fauna, a flora ...). A escolha do sítio foi facilitada pelos conhecimentos locais muito profundos de populações, a zona escolhida agrupa suficientemente informações sobre a paisagem natural e a organização do território.



Mina de Fosfato

A exploração criou uma redução bastante importante e uma reconfiguração da terra residencial. Estas mudanças justificam-se pela deslocação de aldeias situadas à proximidade da mina. Nota-se igualmente um encravamento de aldeias restantes na concessão devido a uma modificação da topografia do sítio que alterna entre uma forma concave, convexa e montículos com depósitos de areias de descarga.

O impacto real da exploração é o desaparecimento de saberes e conhecimentos locais tais como técnicas agro-florestais num contexto económico de desenvolvimento (quando se desenvolva, esqueça-se as vezes aquilo que existia antes ...).

A empresa exerce uma forte pressão sobre as terras. A decapagem baixa consideravelmente a superfície ocupada e destrói todos os campos com vocação agrícola que se encontram no domínio de extracção do jazigo.

4.4 Caso da Serra Leoa

Testemunhas recolhidas junto dos idosos vivendo nas localidades do Distrito de Kono indicam de que antes do início da exploração mineira, este distrito tinha uma importante cobertura de floresta primária. As populações locais beneficiavam de vários serviços deste ecossistema florestal para a sua alimentação e para satisfazerem as suas necessidades. Além da exploração mineira, ajuntaram-se a agricultura por queimada e incêndios de campo que agravaram a destruição do coberto vegetal.

Após vários anos de exploração mineira, Bandafayie e os seus arredores assistiram a invasão total da sua paisagem por lagoas artificiais que limpavam terras que antigamente eram férteis, tornando-as ninhos de desova para mosquitos e outras fontes de doenças ligadas às águas estagnantes. Ribeiras e rios são infectados e o seu estado danificou-se consideravelmente. Uma situação que corre o risco de piorar-se mais com o efeito de mudanças climáticas.

As comunidades locais se queixam de não terem beneficiado de nenhuma infra-estrutura de desenvolvimento. Até hoje, não há um centro de saúde, e a única escola da zona acaba de ser recentemente construída graças ao esforço incansável do Conselheiro do Distrito e comunidades locais elas mesmas. Hoje com escassez de diamantes, a maioria dos habitantes voltaram à terra, embora que seja seriamente danificada. A falta de terra fértil, corre-se o risco de aumento de pressão sobre o resto de coberto vegetal da zona cujas últimas relíquias de florestas primárias são cada vez mais ameaçadas.



Sítio de exploração de diamante na região de Koidu na Sierra Leoa

No seu conjunto, as populações desta zona consideram que a exploração mineira lhes causou mais prejuízos do que benefícios. Acusam as sociedades mineiras de terem danificado estradas, destruindo as explorações agrícolas sem trazer nada em compensação, nem quaisquer facilidades de base tais como as latrinas. O fundo de desenvolvimento comunitário “DIAMOND COMMUNITY DEVELOPMENT FUND” (DACDF), cujo objectivo da sua criação assentava-se no apoio às comunidades, não surtiu nenhum efeito visível. Pelo que urge tomar disposições correctivas, antes que seja tarde, no sentido atenuar o sofrimento cada vez mais alarmante destas pobres populações que não devem condenadas pela lei da razão do mais forte.



5 Impactos ambientais e sociais observados nos quatro locais estudados

5.1 Exploração do bauxite na Guiné

	EXPLORAÇÃO DO BAUXITE NA GUINÉ
Impactos sobre o meio ambiente	<p>Poluição do ar devido a poeira resultante da trituração do bauxite (poeira rejeitada na atmosfera de forma continua já lá vão os 45 anos)</p> <p>Destruição de grandes zonas de mangal (com consequências sobre os recursos haliêuticos e pois a pesca)</p> <p>Poluição da água</p> <p>Varias espécies de fauna e flora desapareceram ou tornaram raras desde do início da exploração mineira</p> <p>Aumento da pressão de caça sobre a fauna selvagem ligado à chegada de trabalhadores emigrantes</p> <p>Poluição sonora provocando a fuga da fauna selvagem</p>
Impactos sociais positivos	<p>Construção de sistemas de canalização de água potável (nem sempre funcionais, infelizmente)</p> <p>Criação de sistema de tratamento de águas usadas</p> <p>Instalação de um sistema remoção de lixos</p> <p>Criação de empregos de guardas e motoristas</p> <p>Criação de empregos indirectos (pequeno comercio, artesãos reparadores, operários de construção, produção de legumes e frutas)</p> <p>Aumento da actividade económica conexas que traduz-se por melhoria do habitat (cobertura de casas com zinco)</p> <p>Construção de vários complexos escolares (liceus, colégios e escolas)</p> <p>Construção de centros de saúde</p> <p>Instalação de sistemas eléctricos (nem sempre funcionais, infelizmente)</p>
Impactos sociais negativos	<p>Confiscação de terras agrícolas sem compensação às populações</p> <p>Deslocação de populações sem medidas de acompanhamento</p> <p>Danificação/destruição de estradas pelo transito de camiões de empresas</p> <p>Conflitos ligados ao sistema de recrutamento e pessoal por afinidade</p> <p>Surgimento de varias doenças ligadas à poluição do ar e à poeira de bauxite</p> <p>Vários conflitos entre populações e empresas para o fornecimento de electricidade</p> <p>Decepção de populações locais em relação aos benefícios julgados insuficientes</p> <p>Défice de comunicação entre empresas e comunidades locais</p>

5.2 Exploração do fosfate no Senegal

	Exploitation du Phosphate au Sénégal
Impactos sobre o meio ambiente	<p>Baixa do nível do lençoil freático causada pelas grandes quantidades de água consumida pela exploração do fosfate, provocando esgotamento de poços e pontos de água nas aldeias ribeirinhas</p> <p>Poluição de água pelas rejeições de tratamento químico</p> <p>Poluição atmosférica</p> <p>Após exploração, alguns terrenos apresentam uma fertilidade excepcional propicia à horticultura ou agricultura</p> <p>Rearborização de alguns sítios após exploração</p>
Impactos sociais positivos	<p>Criação de fundos sociais financiados pelas empresas para acções de desenvolvimento em benefício de populações as mais afectadas</p> <p>Apoio à mudança de populações deslocadas</p> <p>Indemnizações de populações afectadas</p> <p>Criação de viveiros</p> <p>Construção de infra-estruturas escolares e sanitárias</p> <p>Criação de um centro de formação profissional</p> <p>Apoio à criação e gestão de pequenas e médias empresas</p> <p>Criação e financiamento de caixa mutua de poupança e crédito</p> <p>Construção de sistemas de canalização de água</p> <p>Programa de alfabetização</p> <p>Criação recente de um quadro de concertação entre a empresa e populações locais propicio à gestão de conflitos e abordar medidas de indemnização, compensação e atenuação</p>
Impactos sociais negativos	<p>Aumento de doenças respiratórias e doenças de pele ligadas à poluição atmosférica</p> <p>Deslocação de algumas aldeias sem compensação</p> <p>Abandono de cemitérios e locais com forte conotação simbólica e ritual</p> <p>Fraca implicação de populações na gestão de fundos sociais da industria e na tomada de decisões sobre as acções a empreender (processo não participativo criando conflitos e frustrações)</p> <p>Fraca colaboração entre a empresa e as comunidades rurais</p> <p>Pouco empregos criados para as populações locais devido ao fraco nível de qualificação e à concorrência com populações migrantes</p> <p>Fraca transparência no recrutamento de empregados</p> <p>Fraca respeito pelas normas de higiene e segurança para os empregados provocando vários acidentes de trabalho</p> <p>Vantagens julgadas insuficientes pelas populações em relação aos anseios suscitados</p>

5.3 Exploração de diamante na Serra Leoa

	EXPLORAÇÃO DE DIAMANTE NA SERRA LEOA
Impactos sobre o meio ambiente	<p>Desaparecimento da floresta primária por causa da exploração artesanal e cultivo de queimadas</p> <p>Desaparecimento de terras agrícolas</p> <p>Perda de fertilidade devido à decapagem de terra de superfície</p> <p>Poluição de ribeiras e rios de água</p> <p>Baixa do nível de camadas freáticas</p> <p>Poluição do ar devido à poeira vinda de minas</p> <p>Nenhum esforço de reabilitação de locais após o fim da exploração: sítios mineiros artesanais abandonados são cobertos de reservatórios de água estagnante (propício à proliferação de mosquitos e outras doenças) e montículos de areias e cascalhos; tornando impossível a prática da agricultura. As comunidades locais lutam doravante para obterem a ajuda para reabilitar as terras agrícolas</p>
Impactos sociais positivos	<p>Criação de um fundo de desenvolvimento comunitário para a zona diamantífera; só que as populações, quase, nada beneficiam, exceptuado a construção de escolas e centros de saúde em algumas aldeias</p>
Impactos sociais negativos	<p>Confiscação de terras agrícolas pelas empresas mineiras sem compensação</p> <p>Trabalho de crianças e mulheres em condições muito difíceis nas minas artesanais (em alguns casos semelhantes à escravidão)</p> <p>Exclusão de comunidades locais nos processos de governação</p> <p>Aumento da corrupção e má governação do sector diamantífero</p> <p>Instabilidade política e conflitos de interesses em torno de benefícios da exploração mineira</p> <p>Ausência de transparência</p> <p>Milhares de pessoas que vão procurar emprego nas minas criam conflitos com as populações locais</p> <p>Aumento da criminalidade, da prostituição e da ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis</p> <p>Construção anárquica de acampamentos de mineiros não beneficiando de nenhum serviço de saúde e educação</p>

5.4 Exploração de bauxite na Guiné-Bissau (previsão)

EXPLORAÇÃO DE BAUXITE NA GUINE-BISSAU (previsão)	
Impactos sobre o meio ambiente	<p>Impactos sobre a qualidade do ar</p> <p>Contaminação de solos</p> <p>Contaminação de rios</p> <p>Aumento de pressões sobre os recursos naturais em consequência da chegada de migrantes e desenvolvimento da cidade mineira (desflorestação e pressão de caça sobre a fauna)</p>
Impactos sociais positivos	<p>Vantagens prometidas pela empresa:</p> <p>Construção de uma escola para 300 alunos</p> <p>Construção de um sistema de captação de água</p> <p>Criação de uma cooperativa agrícola</p> <p>Criação de 700 empregos directos</p> <p>Criação de milhares de empregos indirectos</p>
Impactos sociais negativos	<p>Insalubridade da cidade mineira</p> <p>Surgimento de novas doenças</p> <p>Impactos da poluição sobre a saúde de populações ribeirinhas</p>



Mina de bauxite em Kamsar

6 Práticas observadas e lições aprendidas

Fazendo a descrição e a análise de situações particulares de cada sítio, os estudos chegaram cada um deles a conclusões e recomendações pertinentes sobre as práticas em curso e as lições aprendidas nas zonas mineiras.

Ao número das mais grandes fraquezas constatadas, duas que são absolutamente comuns aos quatro sítios estudados é de um lado, a falta de comunicação suficiente entre as comunidades locais e as empresas mineiras sobre as consequências das suas operações ao nível local tanto no plano ambiental como no plano social e económico, e, por outro lado, a pouca importância acordada à conservação da diversidade biológica.

Com efeito, os estudos de casos fazem menção da má prática de retenção da informação a qual o público tem com toda razão pleno direito. O acesso à informação precisa de um esforço que nem sempre surte efeito, os detentores de dados preferindo simplesmente dar respostas evasivas até mesmo opor-se a qualquer comunicação. Independentemente da sua falta de informações as populações locais são sempre mal organizadas e não conseguem defender os seus interesses face às empresas mineiras.

Tratando-se da biodiversidade, lá onde por exemplo áreas protegidas se encontram dentro das mesmas ou em proximidade de concessões mineiras – caso da Guiné e da Guiné-Bissau - , nota-se que apesar da sua importância, estas áreas protegidas não fazem por enquanto o objecto de nenhuma atenção particular nos programas ambientais de indústrias já activas ou que estão na fase de entrada em actividade. Contudo há motivo de esperança nos estudos ambientais e sociais que estão a ser levadas a cabo na Guiné e que deverão necessariamente ser levadas a cabo na Guiné-Bissau no quadro de novas implantações. Uma auditoria ambiental deveria igualmente ser levada a cabo no Senegal.

Relativamente à terceira grande fraqueza que se inscreve no registo social, os estudos revelam mal-estares exprimidos pelas populações locais quanto à sua coabitação com as explorações mineiras. Queixam aqui da perda de acesso a terras ou outros recursos naturais sem verdadeira compensação o que resulta em vários desagradados ambientais provocados

pelas indústrias em actividade. A implementação de verdadeiros planos de gestão ambiental e social (PGES) faltando em todos os sítios justifica em si estas queixas bem merecidas.

Uma outra fraqueza constatada pelos quatro casos é a pouca visibilidade da Iniciativa de Transparência das Industrias Extractivas (ITIE) nos quatro países concernentes (embora a Serra Leoa seja engajada nesse processo). Os estudos notam que a sua aplicação teria sido uma das melhoras praticas para orgulhar-se visto que, na verdade, esta iniciativa é a melhor expressão de bom comportamento ética de diferentes partes envolvidas. Obviamente, isto depende muito mais do engajamento dos respectivos governos dos países concernentes do que industrias extractivas presentes nestes países.

Os quadros jurídicos têm especificidades próprias em cada país com diferenças as vezes notáveis. É assim que a Guiné possui, em relação à Guiné-Bissau, um arsenal jurídico mais apetrechado, mesmo se, de resto, a aplicação na Guiné destes numerosos textos legislativos e regulamentares não é sistemática. Só que para que as industrias mineiras se comportam bem e promovem boas praticas lá onde são presentes, é preciso para que os países de acolhimento se mostram eles mesmos preocupados pela aplicação dos seus textos jurídicos em vigor para o sector.

Hoje no plano internacional, é praticamente inaceitável para que um projecto mineiro se fizer sem que haja estudos detalhados do estado inicial seguidas de um estudo de impacto ambiental e social cujo relatório deve necessariamente comportar um plano de acção executável para prever, se for caso, a atenuação dos impactos inevitáveis. É assim precisamente, o estudo de caso da Guiné-Bissau preocupa-se da implantação muito brevemente de um projecto de exploração de bauxite sem a certeza de que tais estudos serão levados a cabo conforme regras internacionalmente aceites com uma participação activa de populações. Com efeito, a importância do défice de informação do público sobre a iniciativa justifica esta inquietação bem fundada.

Assim sendo, boas práticas foram observadas nos estudos de caso. Na Guiné e no Senegal nomeadamente, a conduta em curso ou seja a programação de estudos ambientais e sociais e estudos de impactos ambiental são considerados como praticas apreciáveis. No plano social, nota-se a realização de varias infra-estruturas rurais – escolas, postos de saúde poços de água potável entre outro – que contribuem à melhoria de condições de vida das

populações. Ainda na Guiné e no Senegal, as populações de Kamsar e de Taiba reconhecem ter recebido apoios de companhias mineiras em prol do desenvolvimento local, mesmo se estimarem estas ajudas como insuficientes e queixarem ter perdido as suas terras sem compensação significativa.

Por fim, é importante notar os esforços empreendidos no Senegal para criar um quadro de concertação visando instaurar um dialogo entre partes envolvidas para resolver os conflitos proporcionando lhes soluções.

7 Principais recomendações

Na cabaça de principais recomendações, os quatro estudos de casos exortam as partes envolvidas (Estado, Empresas mineiras, Populações locais e Organizações da sociedade civil) a reforçarem a sua colaboração para melhor tomada em conta da gestão dos recursos naturais, a biodiversidade em particular, e uma mais ampla implicação das populações locais quanto à dimensão social dos impactos das indústrias extractivas. As recomendações dos estudos de casos nos quatro países podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Criar quadros de concertação e de diálogo entre os diferentes actores: Administração, Empresas e Comunidades locais com a participação das organizações da sociedade civil como facilitador.
- Comunicar e transmitir o máximo de informações disponíveis às comunidades locais (informação sobre o quadro jurídico, os impactos, os seus direitos, as suas reivindicações legítimas).
- Formar e reforçar capacidades técnicas e institucionais das populações locais para favorecer a sua melhora participação aos processos de concertação e negociação.
- Velar pelo respeito à regulamentação ambiental; principalmente aquelas relativas à avaliação dos impactos sobre o meio ambiente condição prévia ao início de qualquer actividade e às auditorias ambientais para os sítios já em actividade.
- Encorajar as empresas mineiras em apoiarem os esforços de conservação nas áreas protegidas próximas dos seus sítios de exploração.
- Promover a «Guia de Boas Práticas do sector mineiro perante a biodiversidade»; elaborado no quadro do diálogo entre a UICN e o ICMM (Conselho Internacional sobre os minerais e metais).
- Exigir para que os sítios mineiros sejam reabilitados pelas empresas no fim da sua exploração como condição prévia à atribuição de nova licença (rearborização, restauração de terras agrícolas ou outra administração).

- Militar a favor de mais transparência nos benefícios do sector mineiro encorajando os países em engajarem-se nos processos como a iniciativa sobre a transparência nas indústrias extractivas EITI ou ainda «Publique o que pague».
- Criar uma rede de intercâmbio e partilha de informações sobre as boas praticas das indústrias extractivas capitalizadas ao nível regional capaz de efectuar acções de lobbying mais eficazes.

8 Conclusão

Os quatro países tendo feito o objecto de estudos de casos, a razão essencial da presente síntese, dispõem um potencial mineiro importante. Portanto todos os quatros estão confrontados a grandes desafios, a saber: conservar a biodiversidade e melhorar o nível de vida das populações locais.

Só que, os benefícios da exploração mineira esperados pelas populações não foram atingidos pelas mesmas, e as ameaças e as pressões sobre a diversidade biológica são evidentes, o que pode colocar em perigo a termo certos serviços dos ecossistemas indispensáveis ao desenvolvimento económico e à qualidade de vida das populações.

Pois é tempo não de accionar o sinal de alarme, mas sim reter lições aprendidas na sub-região que é preciso fazer como a melhor forma de convidar todas as partes envolvidas – Governo – Companhias mineiras – Populações locais – para se concordarem sobre os princípios a adoptar e as acções a empreender para inverter as tendências e conseguir conciliar melhor as três dimensões que são a exploração mineira, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento económico e social.

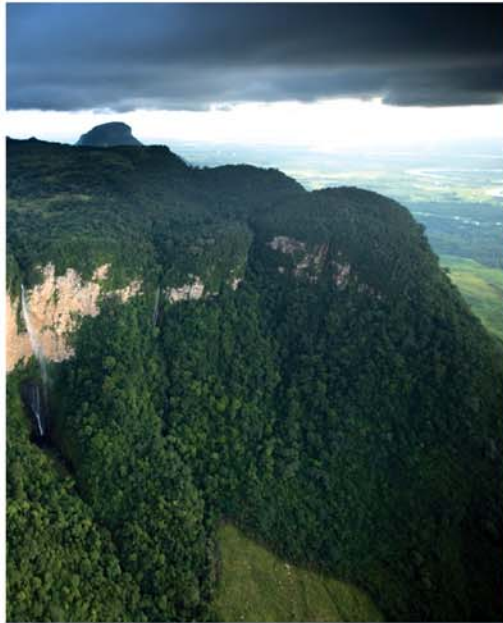


Canoas de Pescadores no mangal e fotografia satellite do Rio Buba na Guiné-Bissau (onde esta previsto a construção dum porto para exportação da bauxite).

O litoral oeste africano esta coberto de zonas de mangal: ecossistemas frageis que jogam um papel essencial na manutenção dos recursos halieuticos. As marés e as correntes da costa podem transportar as poluições dos sitios mineiros sobre grande distâncias.

A presente síntese comparativa de quatro estudos de casos constitui o fruto do trabalho das seguintes ONG nacionais (ASAN – Senegal; AD – Guiné-Bissau; GUINÉ ECOLOGIE – Guiné e EFA – Serra Leoa) e da UICN na Guiné-Bissau que têm desenvolvido um projecto apoiado pelo Comité da UICN – Holanda, tendo como objectivo reforçar as capacidades de advocacia das organizações da sociedade civil no sentido de contribuírem para melhor tomar em conta os impactos sociais e ambientais dos projectos das industrias extractivas pelas sociedades privadas e os governos concernentes.

O objectivo é de dotar organizações da sociedade civil e outros actores um instrumento de argumentação pertinente capaz de identificar as boas praticas das industrias extractivas que é preciso promover na Africa Ocidental.



IUCN Guinea Bissau
Apartado 23
1033 Bissau Codex
Guinée Bissau
Tel : +245 320 12 30
Email : iucngb@iucn.org



avec l'appui du programme EGP
du Comité hollandais de l'IUCN



ACÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO